

## Cartografias Museológicas: das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT no Brasil

### Museological Cartographies: resistance and museological processes in LGBT shelters in Brazil<sup>1</sup>

Rafael dos Santos Machado<sup>2</sup>

DOI 10.26512/museologia.v1i121.41792

#### Resumo

O presente artigo é um recorte temático da minha dissertação de mestrado intitulada *Cartografias da transmusealidade: processos museológicos em casas de acolhida LGBT no Brasil*, defendida em 2021 pela Universidade Federal da Bahia, no Programa de Pós-Graduação em Museologia e tem por objetivo apresentar uma cartografia das Casas de Acolhida LGBT no Brasil, destacando suas configurações provisórias e buscando identificar a existência de processos museológicos nesses espaços. Para tanto, contextualizo brevemente as mudanças ocorridas ao passar dos tempos nas políticas públicas brasileiras voltadas ao setor cultural, no plano federal, a institucionalização da Museologia Social no fortalecimento e promoção da diversidade cultural e as reivindicações pelo direito à memória da Comunidade LGBT no campo da Museologia brasileira com a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

#### Palavras-chave

museologia; processos museológicos; casas de acolhida LGBT; políticas públicas culturais; protagonismo.

#### Abstract

This article is a thematic part of my master's thesis entitled *Cartographies of transmuseality: museological processes in LGBT shelters in Brazil*, defended in 2021 by the Federal University of Bahia, in the Postgraduate Program in Museology and aims to present a cartography of LGBT Homes in Brazil, highlighting their provisional configurations and seeking to identify the existence of museological processes in these spaces. In order to do so, I briefly contextualize the changes that have occurred over time in Brazilian public policies aimed at the cultural sector, at the federal level, the institutionalization of Social Museology in the strengthening and promotion of cultural diversity and the claims for the right to memory of the LGBT Community in the field of Brazilian museology with the creation of the LGBT Network of Memory and Social Museology.

#### Keywords

museology; museological processes; LGBT shelter houses; cultural public policies; protagonism.

#### Introdução

O presente artigo apresenta uma cartografia das Casas de Acolhida LGBT do Brasil, salientando suas configurações/características transitórias e buscando identificar nesses espaços a existência de processos museológicos. Desse modo, o trabalho se justifica pela emergência de pesquisas no âmbito da Museologia brasileira, marcado por lacunas, negações, invisibilidades, silêncios e negação sobre os aspectos das memórias, identidades e histórias da comunidade LGBT, como assinalado pelo pesquisador e museólogo Tony Boita (2018: 87)

<sup>1</sup> A pesquisa teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-Fapesb.

<sup>2</sup> Mestre e Bacharel em Museologia. Licenciado em História. Cofundador e Voluntário da Casa de Acolhida LGBT+ CasAmor Neide Silva.

“existe ainda um despreparo ou desprezo dos estudantes de Museologia, dos trabalhadores, pesquisadores e técnicos de museus e do patrimônio em relação ao tema”. Nesse sentido, realizo revisões literárias sobre a temática, tendo como referência teórica no campo museológico os pesquisadores Jean Tiago Baptista e Tony Willian Boita.

Para tanto, no desenvolvimento da pesquisa utilizo o referencial teórico-metodológico a cartografia proposta por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) que, permite a construção de outras lógicas do fazer e pensar Museologia(s), sobretudo nos processos museológicos desenvolvidos por grupos e comunidades marginalizadas socialmente, tal como a LGBT. A cartografia para investigar as intervenções e produções subjetivas nos processos museológicos presentes nas iniciativas comunitárias das Casas de Acolhida LGBT, a partir das noções de multiplicidade e temporalidade que configuram os acontecimentos como uma paisagem que não é estática e muda constantemente. Dessa forma, as estratégias metodológicas aplicadas a pesquisa é construída de modo aberto às mudanças e adaptações necessárias ao decorrer do processo investigativo.

Diante disso, inicialmente, discuto a inclusão da temática LGBT<sup>3</sup> de modo geral nas políticas públicas federais no Brasil, impulsionada pelo movimento LGBT. Em seguida, abordo o protagonismo LGBT no campo da Museologia a partir da criação da Rede de Memória LGBT e Museologia Social. Por fim, realizo uma cartografia dos processos museológicos em casas de Acolhida LGBT no Brasil e analiso as atividades que caracterizam de modo geral os processos museológicos de pesquisa, preservação e comunicação sobre a cultura material (acervos ou coleções), autoreconhecidas e praticadas pelas instituições das Casas de Acolhida LGBT no Brasil.

### **Políticas Públicas Culturais e a temática LGBT no Brasil**

A temática LGBT voltada ao combate à discriminação da LGBTfobia e à promoção da cidadania da população LGBT integrou a agenda do governo federal, em especial, durante a gestão do governo Lula da Silva (2003-2011), que criou programas, decretos e a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da Secretária Especial de Direitos Humanos em 2009. No Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil (2003-2008), a valorização da pluralidade cultural foi evidenciada na construção do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sendo criada a Secretaria da Identidade e a Diversidade Cultural (SID) em 2003 e, no ano de 2009, a instituição do Estatuto de Museus que reforça nos museus e processos museológicos os princípios do respeito e da valorização à diversidade cultural.

Logo, a elaboração e implementação de políticas públicas culturais no Brasil a partir dos anos 2000 passou a ser uma tentativa de combate à exclusão social. Um projeto político fundamental para promoção da dignidade humana das comunidades, povos, grupos e de toda sociedade. De acordo as pesquisadoras Paula Felix e Tatiane Fernandes (2007), políticas culturais:

---

3 A sigla LGBT refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e transexuais. Em 2009 a sigla LGBT foi usada nos debates e ações de políticas públicas efetivadas pelo Estado brasileiro, situada na proposta do Programa Brasil sem Homofobia. E devido a esse fato aqui optei por utilizá-la sem desconsiderar as demais existentes relacionadas à comunidade, inspirado nas justificativas de Tony Boita (2014).

Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

[...] são formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura. Por se tratar de um objeto de estudo recente, o conceito de políticas culturais ainda não alcançou uma delimitação consensual entre os teóricos [...] Para Canclini (2001: 65), as políticas culturais resumem-se a um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (FELIX; ERNANDES, 2007, s/p).

De modo politicamente organizado, no final da década de 1970, no Brasil as políticas públicas afirmativas voltadas à população LGBT surgem a partir das contestações do chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) o qual lutava pela politização da homossexualidade e enfrentamento à Ditadura Militar<sup>4</sup>. Frente a isso, destacou-se nacionalmente o grupo Somos da cidade de São Paulo em 1978, e o lançamento do jornal *Lampião da Esquina*; o Grupo Gay da Bahia (com campanhas de despatologização da homossexualidade) em Salvador no ano de 1980; entre outros grupos e organizações do movimento que surgiram em várias cidades do país.

Nessa sequência, a institucionalização da temática LGBT no âmbito federal das políticas culturais teve sua inserção a partir da nova estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), durante a gestão do ministro Gilberto Gil. O CNPC ampliou o reconhecimento oficial dos “fazedores de cultura”, desenvolvendo uma série de ações por meio da divisão de recursos e de espaços dos representantes das classes artísticas das áreas “clássicas” com os das culturas populares, cultura LGBT, *hip-hop*, indígenas, entre outros, articulando a interação entre elas. Desse modo, incorporou, nas estruturas das políticas públicas de cultura os valores da “diversidade” e “identidade”, conceitos mobilizados por intermédio dos espaços participativos com a realização de fóruns, conselhos, comissões, conferências e outros, que envolveram a participação da sociedade civil e resultou em 2003 na criação da Secretaria da Identidade e a Diversidade Cultural (SID), posteriormente renomeada de Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), órgão responsável pela promoção dos diálogos com grupos e redes culturais excluídas (BARBALHO; MUNIZ JUNIOR, 2020).

As demandas culturais expressas pelos movimentos sociais de diferentes grupos sociais forneceram embasamento para construção das políticas culturais específicas de modo a atender e incluir suas pautas. A criação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva - é considerada um dos marcos das mudanças políticas, responsável pela instituição do Ponto de Cultura, por interposto de edital e seleção pública que apoia/apoiava projetos culturais criados pela sociedade civil.

Para Alexandre Barbalho e José Muniz Júnior (2020), o discurso da diversidade nas políticas culturais que inserem as experiências afetivas, práticas sexuais e sociais da população LGBT confere atribuições de sentidos positivos, a partir da culturalização das produções simbólicas expressas nas artes visuais, nas Paradas do Orgulho, nos espetáculos de transformismo e em outras, e com aspectos mais distantes de posicionamentos ancorados na moral e religiosidade. Além disso, segundo os autores, tornam-se problemáticas em comparação com

4 Através do golpe militar foi instaurado o regime da ditadura militar no Brasil que permaneceu entre o período de 1 de abril de 1964 até o dia 15 de março de 1985.

a promoção e a proteção de bens materiais e imateriais das culturas indígenas e afro-brasileiras, que têm uma longa data discursiva de valorização “que concorrem para a formação do povo brasileiro” (p. 3).

A formação discursiva em torno da coletividade LGBT frente ao Estado constitui sua relação prática e organizada institucionalmente:

Na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, com a criação, pela Portaria nº 219, em julho de 2004 (ver quadro 1), do Grupo de Trabalho (GT) de Promoção da Cidadania GLTB, coordenado pela SID. O GT tinha como objetivo ‘elaborar um plano de fomento e preservação às produções artísticas e aos valores culturais e sociais, decorrentes da população homossexual brasileira’ (grifo nosso). Essa portaria é o primeiro dos ‘atos de Estado’ (BARBALHO; MUNIZ JÚNIOR, 2020: 7).

A preservação e musealização de bens culturais da memória LGBT e dos indicadores de memória LGBT no Brasil surgiram a partir do movimento LGBT pelos direitos civis, no contexto de redemocratização e tratamento/cura do HIV/AIDS (BOITA, 2018). De acordo com Tony Boita (2018), o Grupo Gay da Bahia criou o Museu da Sexualidade em Salvador/BA no ano de 1998 que, talvez, seja a primeira iniciativa museológica que direciona/direcionou ações institucionais relacionadas à temática das sexualidades desobedientes.

Ainda de acordo com autor, outras iniciativas museais e museológicas protagonizadas por ativistas, profissionais de museus, pesquisadores e estudantes acadêmicos foram/são realizadas através da composição de amostras de exposições; formação do acervo e/ou coleções (Bajubá em 2010, na cidade de São Paulo); criação do Museu da Diversidade Sexual - Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Cultural Sexual do Estado de São Paulo (sob Decreto Estadual n.º 58.075, em 2012); criação da *Revista Memória LGBTQIA+* e outras iniciativas comunitárias. Essa movimentação ganhou forças a partir do ano 2000: “no entanto, diferente de outras partes do mundo, poucas ações de Estado foram empreendidas neste contexto, cabendo aos movimentos sociais a responsabilidade pela maioria dos feitos” (BOITA, 2018: 74).

Diante da síntese apresentada, é marco histórico nas ações do Estado o silenciamento da temática LGBT nas políticas públicas, sobretudo, no setor cultural, antes da Constituição 1988 e, após, em períodos de fortalecimento da democracia, muitas pautas foram limitadas à ordem do discurso, predominando práticas conservadoras. Portanto, os desafios na produção teoria-prática sobre a temática LGBT relacionados às políticas públicas culturais nos campos dos museus, da memórias e dos processos museológicos são imensos, mas aos poucos a pauta tem avançado, em virtude das mobilizações empenhadas coletivamente, como é possível constatar em ações abordadas no tópico a seguir.

### **Pontos de Memória e a Rede LGBT de Memória e Museologia Social**

A criação da Rede de Memória LGBT e Museologia Social, sob protagonismo de pessoas LGBT no campo da Museologia, decorrente da institucionalização da Museologia Social enquanto política pública implementada na construção do Plano Nacional de Cultura e no lançamento da Política Nacional de Museus. Por intermédio do Instituto Brasileiro de Museus, foi implantado o Programa Pontos de Memória, no intuito de fomentar a diversidade dos diferentes processos de representações das memórias e dos museus pertencentes às comunidades historicamente excluídas, resultando no entrecruzamento de

Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

resistências que reverberaram com o fortalecimento da Museologia Social, o que contribuiu para que a temática LGBT, de algum modo, fosse evidenciada no campo museológico.

A Museologia Social denominada no título deste tópico refere-se a uma corrente de pensamentos conectados aos processos teóricos e práticos das iniciativas que envolvem o protagonismo ou participação de modo efetivo, colaborativo, consultivo e decisório na criação, gestão e execução de processos museológicos (no caso em análise lideradas pela comunidade LGBT ou voltadas a ela mesmo), que objetivem promover o desenvolvimento social e humano. É uma Museologia que se desenvolve nas iniciativas comunitárias de múltiplas formas indisciplinadas e híbridas, que driblam as normatizações limitadas, fechadas e estáticas de setores culturais e acadêmicos:

Essas museologias indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres à luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se reinventam e reinventam, permanentemente (CHAGAS; GOUVEIA, 2006: 16).

A elaboração da Política Nacional de Museus (PNM), assim como do PNC, exigiu esforços, envolvimento e a participação de diversos profissionais das mais diversas áreas do campo da cultura, estudantes e representantes das comunidades civis, que discutiram sobre questões do direito da população ao acesso aos museus, à memória e à cultura. Coletivamente, em âmbito nacional, os agentes do campo da Museologia tiveram que (re)pensar e debater sobre o papel social dos museus, o que resultou na elaboração de princípios, eixos e ações, ou seja, na PNM.

Nesse processo de comprometimento com a diversidade cultural brasileira, a partir do PNM, o Governo Federal elaborou e executou um conjunto de medidas nas políticas públicas, fomentando a área criação com a criação do Departamento de Museus/IPHAN, em 2003; do Sistema Brasileiro de Museus; do Cadastro Nacional de Museus; do Estatuto de Museus; da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009; e do Programa Pontos de Memória.

O IBRAM é uma autarquia federal responsável pela gestão, promoção e implementação das políticas públicas do campo museal e museológico e pela materialização do Programa Pontos de Memória:

O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura (Histórico. Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, 2020.<sup>5</sup>

Luciana F. Avelar (2015), ao analisar o processo de ação e criação do programa Pontos de Memória, ressalta que:

5 Disponível em: < <https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>>. Acesso em 25 abr. 2020.

A transformação da ideia em ação dá-se por meio de um projeto de cooperação firmado em outubro de 2008 que instituiu o programa Pontos de Memória. Um documento formaliza cooperação técnica internacional entre o MinC e a OEI para execução de projeto intitulado *Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social do Brasil* (AVELAR, 2015: 63).

De acordo com a literatura museológica (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2014; 2017), no ano de 2010, houve o reconhecimento do Ponto de Memória LGBT (idealizado pela ONG Pró-Vida Centro e Cidadania e Direitos Humanos), na cidade de Maceió/AL, por parte do IBRAM. Na busca por informações, entrei em contato com o Ponto de Memória LGBT de Maceió através do perfil oficial na rede social, e não obtive respostas<sup>6</sup>.

Além disso, as produções as quais tive acesso não apontam se nos anos decorrentes outros Pontos de Memória LGBT no Brasil foram reconhecidos pela tutela do Estado e de que modo se deu o reconhecimento do Ponto de Memória LGBT de Maceió no ano de 2010, já que a menção existente ao referido Ponto na lista publicada com os nomes dos projetos aprovados nos editais do Programa está registrada somente no ano de 2015.

O museólogo Tony Boita (2015) relata que, no de 2010, participou do projeto “Patrimônio Cultural LGBT e Museus: mapeamentos, limites e possibilidades de memórias negligenciadas” coordenado pelo pesquisador Jean Baptista e que, no ano de 2012, durante o V Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Petrópolis/RJ, participantes LGBT presentes articularam a realização da primeira reunião da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, com objetivos explicitados na carta de fundação da Rede:

Em sua carta de fundação, as preocupações com memória LGBT são prerrogativas: ‘Tal iniciativa tem como objetivo de mapear, identificar, registrar, salvaguardar, fomentar, promover, comunicar a memória e a história da comunidade LGBT’ (Rede LGBT de Memória e Museologia Social, 01, 2012). [...] Em novembro de 2013, após uma série de testes, reflexões, avaliações e perfil de público, concebeu-se a atual Revista Memória LGBT (BOITA, 2014: 9).

Tony Boita (2019) aponta que a maioria das iniciativas coletivas de grupos minoritários que constituem espaços de museus comunitários, percurso, favela e território, intersecciona questões de raça, sexualidade e religiosidade. Subverte os padrões coloniais dos discursos conservador e heteronormativo oficializados nas práticas, por ser geralmente espaços que destacam o direito à memória de grupos historicamente excluídos. Com base na pesquisa desenvolvida por Suzy da Silva Santos (2017) sobre museus comunitários no Brasil, em que identificou 196 experiências comunitárias.

Tony Boita (2019) realizou o cruzamento dos dados e identificou que 24 iniciativas autodenominadas de Museus Comunitários, Pontos de Memória de povos de terreiro, Pontos de Cultura e Memoriais, abordaram ou abordam ações voltadas à comunidade LGBT, no entanto o autor não especificou as ações desenvolvidas por essas iniciativas.

6 Algumas ações do Ponto de Memória LGBT: participação da 10ª Semana de Museus com a Exposição fotográfica “Make-UP: A segunda pele de uma Drag Queen”, em 2012; convite de participação no 5º Fórum Nacional de Museus, em 2012; parceria na realização da Exposição Carnaval de Todas as Cores, em 2015; Roda de Conversa “Museu e Memórias Indígenas”, atividade integrada a 9ª Primavera dos Museus, em 2015; e Roda de Conversa sobre Museus e Paisagens Culturais, atividade integrada a 14ª Semana de Museus, em 2016.

Cartografias Museológicas:  
das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

Cruzei as 24 iniciativas identificadas com a lista publicada dos nomes dos projetos aprovados nos editais do Programa Ponto Memória e pude identificar o total de quatro projetos aprovados e idealizados por três iniciativas comunitárias, sendo eles: o Projeto “Chá de Museu da Rocinha Sankofa Memória e História” do Museu da Rocinha Sankofa - Memória e História, na cidade do Rio de Janeiro, em 2011; os Projetos “Realizando o Museu Comunitário da Estrutural DF”, em 2011, e Ponto de Memória da Estrutural transformando Vidas”, em 2012, ambos na cidade de Brasília proponentes do Ponto de Memória da Estrutural; e o Projeto “Os Tempos da Maré: exposição de longa duração do Museu da Maré” pelo Museu da Maré, no Rio de Janeiro, em 2015. Contudo, as iniciativas contempladas ou não no Programa surgem “como forma de resistência e visibilização, são criados espaços que preservam e visibilizam suas memórias e histórias” (BOITA, 2019: 37).

Um mote a ser (re)pensado é a aplicação do enquadramento sobre o que é ou venha ser Ponto de Memória por meio dos processos museais reconhecidos oficialmente sobre as práticas museais não canônicas aptas a ser tituladas pelo Estado. Para isso, acredito que seja importante pensarmos nas ações culturais a partir do caráter dinâmico dos espaços de sociabilidade, resistência e sobrevivência (des)ocupados e (des)construídos pela ação comunitária LGBT, mediante processos museológicos que escapam, muitas vezes, às concepções convencionais, e isso não significa que devam ser negligenciados ou sentenciados como inexistentes. Além disso, muitas vezes, as ações estão em diálogo muito próximo às perspectivas de enquadramento, mas as convicções LGBTfóbicas internalizadas guiam às escolhas de que tem o poder de selecionar e eleger.

É necessário levar em consideração os atravessamentos das relações de conflitos políticos e sociais que marcam os contextos dos espaços e territórios em que são produzidos os processos museológicos que, geralmente, implicam os modos pelos quais as pautas das ações podem estar atreladas e concebidas de formas descentralizadas, diluídas e apresentadas horizontalmente, mesclada com outras pautas. Diante disso, realizo no próximo tópico um mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil, identificando as frentes trabalhadas por essas iniciativas comunitárias e a existência dos processos museológicos ali apresentados.

### **Cartografias dos processos museológicos em Casas de Acolhida LGBT no Brasil**

A ideia das Casas de Acolhida está relacionada, de alguma maneira, aos impactos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece a obrigatoriedade do Estado na criação de políticas públicas que assegurem a proteção, através do acolhimento institucional às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou rupturas dos vínculos familiares. Desse modo, o intuito é cumprir o fundamentado na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 6.º, o qual estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho a moradia, o lazer a segurança, a previdência social a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, e deliberada no artigo 227:

É dever da família, da sociedade do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

As Casas de Acolhida LGBT no Brasil, que compõem esta pesquisa, têm como recorte de suas respectivas atuações institucionais a população LGBT adulta, com faixa etária a partir dos 18 anos e com finalidades em geral em torno da busca e garantia de apoio e acolhimento às pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social. As iniciativas surgem a partir da conscientização e resistência àqueles/as que viveram a rejeição e expulsão de casa pela família após declararem suas orientações sexuais ou identidades de gênero.

Segundo uma pesquisa da Prefeitura de São Paulo realizada em 2015 pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) sobre o total da população em situação de rua na capital, 5,3% a 8,9% dessa população pertence à comunidade LGBT: “em vários aspectos a população LGBT parece viver numa situação mais precária do que a heterossexual: há mais pessoas da população LGBT exercendo a mendicância e atividades marginalizadas (prostituição, venda de drogas e roubos)” (p. 35). Todavia, a pesquisa não contempla a distinção de identidade sexual e identidade de gênero.

A ausência de dados oficiais sobre as distintas violências sofridas pela população LGBT também é mais uma forma de violência cometida pelo Estado contra as pessoas LGBT, pois contribui para exclusão dessas nos processos de formulações de projetos, programas e campanhas em prol da cidadania e desenvolvimento humano. Diante disso, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>7</sup> realizam, de forma independente, coleta de dados das violências contra a população LGBT brasileira.

Mesmo com a pandemia do COVID-19 e com as medidas de isolamento social, os índices de assassinatos de pessoas trans, especialmente das mulheres travestis e transexuais em 2020, aumentaram 48% no primeiro quadrimestre (entre janeiro e abril) com 64 casos, contra 43 no mesmo período de 2019, de acordo com o Boletim da ANTRA. O Relatório ainda alerta que o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo.

O mapeamento proposto para visualização das Casas de Acolhida LGBT no Brasil se configura como experimento que evidencia processos e produções de subjetividades, (des)conexões, (des)materialização dos espaços e/ou ações de transições que existiram, existem ou poderão existir ou, inclusive, transitar para outros fatos não previstos *a priori*, compondo paisagens dinâmicas e abertas. Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995) evidenciam, nesse aspecto, o conceito de cartografia, compreendida também como método de pesquisa qualitativa para referenciar o modo pelo qual concebem a produção de subjetividade, como um dos elementos para realizar uma cartografia social, aberto e suscetível de receber modificações constantes:

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas e fugas, ruptura e resistência (MONTALVÃO; PRADO FILHO, 2013: 47).

7 Focada na coleta de dados de violências contra travestis e transexuais (Trangêneros/res).

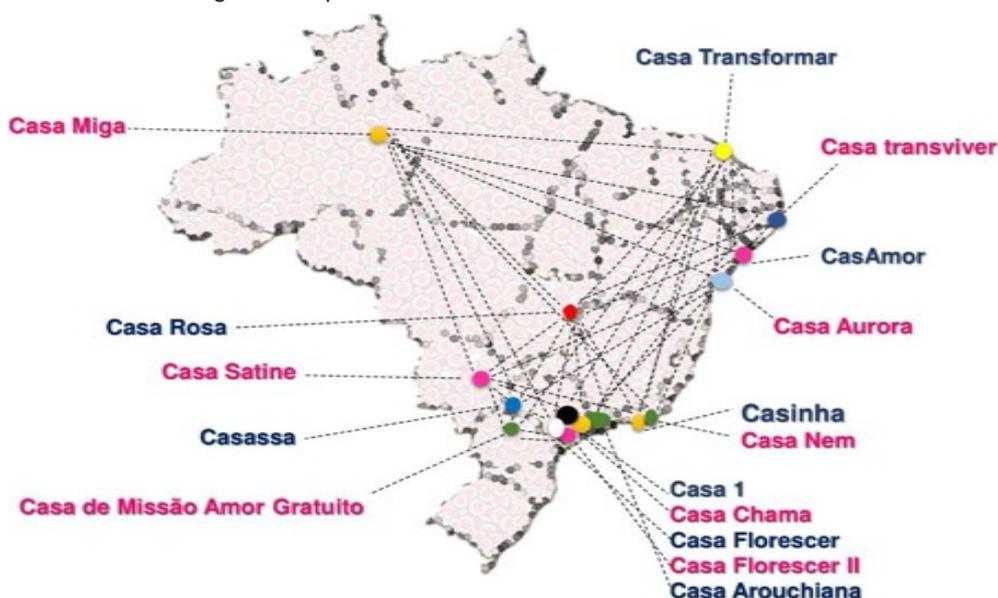
Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

Os dados sobre as Casas de Acolhida LGBT no Brasil foram coletados a partir de um conjunto de fontes, como literatura acadêmica; matérias jornalísticas; sites e redes sociais das instituições; e do estabelecimento de contato com as instituições via WhatsApp (com as que possuíam), Facebook, Instagram e por e-mail, enviando carta de apresentação sobre a pesquisa e aplicação de entrevista.

As entrevistas foram realizadas com aplicação de questionário semiaberto que possibilitou às instituições liberdade para inserir informações, caso assim desejassem, gerando conexões, pontos, caminhos e fluxos outros que enriqueceram a compreensão das iniciativas desenvolvidas.

Figura 1 - Mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil.



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020.

Como é possível observar na figura 1, dezesseis iniciativas de Casas de Acolhida LGBT no Brasil foram mapeadas e identificadas nas cinco regiões do país<sup>8</sup>. O quantitativo em questão é aberto e pode ser alterado com a inclusão de outras Casas não identificadas no percurso deste trabalho. No entanto, esta construção cartográfica é um recurso de comunicação visual sobre processo de produções subjetivas sobre iniciativas complexas e dinâmicas que através da materialização dos espaços das Casas de Acolhida LGBT e/ou atividades construídas/executadas, encontram-se embasamentos nos aspectos sociais das relações culturais, políticas e ideológicas que compõem uma cartografia social.

A princípio, estabeleci contato com as Casas enviando mensagens de apresentação informal pelo Facebook, Instagram e WhatsApp sobre mim, a proposta desta pesquisa e convidei cada uma das oito instituições, sem contabilizar com a CasAmor, na qual sou voluntário na cidade de Aracaju, Sergipe, (Casa Chama, Casa Miga, Casa Rosa, Casa Transviver, Casa Santine, Casinha, Casa TRANSformar, Casa Florescer), as quais havia identificado através das produções existentes e das redes sociais. Em paralelo, formalizei meu contato via e-mail com carta de apresentação e aplicação dos questionários.

<sup>8</sup> Após identificação, construção do mapa e estabelecimento de contato com as 16 Casas supracitadas identifiquei mais duas Casas – Projeto Casulo/GO e Casa Brenda Lee/SP. Para a coleta dessas informações, enviei contato para aplicação do questionário e até o momento da publicação deste trabalho não obtive retorno.

A *posteriori*, estabeleci contato com as instituições após quinze dias e repeti sucessivamente a ação nesse mesmo espaço de tempo até o dia 15 de maio de 2020, para reforçar a importância da participação com a devolução do questionário respondido. Conforme ocorria a devolução, as informações das casas que integram a REBRACA LGBTI+ auxiliaram na identificação de outras Casas e, assim, repeti os processos realizados, o que resultou na identificação 16 casas e na coleta de dados institucionais fornecidas por 11 instituições.

No delineamento da pesquisa, todas as instituições foram solícitas, positivando participação ao convite, mas a nova realidade imposta pela pandemia que exigiu/exige concentração mais que dobrada para (re)pensar e criar estratégias de resistência em meio ao agravamento das situações enfrentadas pelas pessoas LGBT, impossibilitou, de algum modo, (recursos humanos, disponibilidade de tempo e outros possíveis fatores) a participação efetiva das cinco iniciativas. Digo isso, com base nas dificuldades reportadas informalmente por alguns/algumas representantes institucionais que devolveram o questionário.

Todas as Casas de Acolhida apresentadas são organizações não governamentais mantidas com apoio da sociedade civil, do trabalho voluntário, das tímidas parcerias esporádicas de pessoas jurídicas e da atuação da Rede de Casas. A única Casa que passou a ter apoio do poder público foi a Florescer que também ganhou sua segunda unidade na cidade de São Paulo. As pautas presentes nas configurações de cada uma das Casas são entrelaçadas pelos serviços das áreas da saúde, direito, serviço social e cultura, oferecidos ou a oferecer, por meio das atividades idealizadas ou executadas sob protagonismo das pessoas LGBT nas idealizações e materialização desses espaços.

Os processos museológicos executados nas Casas de Acolhida LGBT não se apresentam como centralidade nas pautas. São apresentados de modo horizontal junto a outras pautas, diluídos ou não mencionados discursivamente em termos técnicos, mas praticados enquanto ação de fortalecimento pelo direito à dignidade da vida humana. Ações que, muitas vezes, escapam do olhar tecnicamente enviesado a identificar práticas museológicas aplicadas nas instituições museais que caracterizam os processos museológicos como prática principal na gestão do espaço ou do território.

Nas terminologias destas iniciativas são largamente utilizadas com maior intensidade a palavra “casa”, por ter vários significados. Por isso, resalto o que considero mais pertinente para esta reflexão como lugar ou espaço de reuniões, encontros ou a moradia de pessoas, que, por vezes, expressam o que acontece dentro de nós e que concordo com o sentido afetivo atribuído por Luciana Mussi e Beltrina Côrte (2010):

O sentido afetivo da palavra moradia, “a casa”, é o lugar destinado à construção de relações, vínculos, como um reservatório de lembranças que, a qualquer momento, um detalhe, um cheiro, um objeto, um olhar, são rapidamente evocados e se apresentam da maneira como as ressignificamos (CÔRTE; MUSSI, 2010: 234).

Outras nomenclaturas como “acolhimento LGBT” e “cultural” são agregadas para caracterizar um sentido formal e plural das iniciativas desenvolvidas por estes espaços, incluindo perspectivas de positavações expositivas de direitos indispensáveis à pessoa humana. Nesse sentido, as diversas nomenclaturas utilizadas pelas Casas evidenciam o aspecto rizomático, com linhas de fuga e desterritorialização.

Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

A figura 2 ilustra, por meio dos logotipos das Casas de Acolhida LGBT, que se autodenominam Centro Cultural e/ou Centro de Memória:

Figura 2 – Casas de Acolhida LGBT: centros culturais e/ou centros de memória



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020.

Desse modo, os centros de memória e os centros culturais, ou ambos, integrados em anexo ou no mesmo espaço das instalações institucionais das Casas de Acolhida LGBT, complexificam as ações e as atividades, ampliando os poros e as fronteiras instauradas pelas práticas híbridas que transitam, sobrecedem e desestabilizam as tentativas normatizadoras, agenciando saberes e criando conexões diversas, gerando novas práticas.

Diante disso, as Casas de Acolhida se transvestem em muitas outras coisas, no sentido da ideia do museu como espaço travesti, conforme a experiência proposta por Giuseppe Campuzano, fundador(a) do *El Museu Travesti* (O Museu Travesti), como discutido por Jean Baptista e Tony Boita (2014). De acordo com os autores, o próprio corpo de Campuzano era o suporte expositivo de seu acervo, em que a travestia de deusas incaicas, Virgem Maria e outras, davam novos sentidos como metáforas para denunciar a transfobia religiosa e o racismo estruturado na sociedade peruana e nas instituições estatais:

Embora a transfobia tenha determinado a exclusão do pensamento trans da produção museológica, Campuzano demonstrou que a capacidade de transicionar está na essência da museologia. Nos museus, transicionamos patrimônios, reencontramos suas identidades em espaços contemporâneos e travestimos os objetos com novos sentidos, sentidos contemporâneos. O Museu é de fato, um espaço travesti (BAPTISTA; BOITA, 2014: 8).

Nos últimos anos, no contexto brasileiro, a democratização da memória nos espaços museais e museológicos, a partir das discussões museológicas sobre o direito à memória e do contexto fóbico à comunidade LGBT e, principalmente, à população trans, as Casas de Acolhida LGBT se transvestem como metáforas para denunciar a realidade cultural LGBTfóbica brasileira.

Dessa maneira, algumas Casas se autodenominam centro cultural e/ou centro de memória e o modo como algumas ações desenvolvidas por essas instituições se configuram enquanto experimento de processos museológicos e produções de subjetividades que compõem cartografias dinâmicas e abertas.

Por fim, analiso as atividades que caracterizam de modo geral os processos museológicos de pesquisa, preservação e comunicação sobre a cultura material (acervos ou coleções), autoreconhecidas e praticadas pelas instituições das Casas de Acolhida LGBT no Brasil. A aplicação da metodologia qualitativa-quantitativa permitiu obter vários resultados a partir dos dados coletados sobre as instituições, evidenciando que entre os processos museológicos a comunicação/exposição é uma das operações mais executadas.

Para além das práticas museológicas sobre a comunidade LGBT institucionalizadas nos museus, optei em direcionar meu olhar para identificar atividades que caracterizam os processos museológicos de pesquisa, preservação e comunicação sobre acervos ou coleções, autoreconhecidas e praticadas pelas Casas de Acolhida LGBT no Brasil: “esclarecendo, entretanto, que, para nós, a aplicação do processo museológico não está restrita a instituição museu, ele pode anteceder à existência objetiva do museu ou ser aplicado em qualquer contexto social” (SANTOS, 2002: 79).

A abordagem qualitativa-quantitativa se complementa nos processos museológicos aqui pesquisados. O método das duas abordagens proporciona uma visão ampla da análise, efetivada, mediante conexão, na qual os dados qualitativos coletados apresentaram demandas quantitativas para compor a paisagem dinâmica visual da análise:

A integração, combinando dados qualitativos e quantitativos, pode se efetivar, mediante três formas: por convergência, na fusão do quantitativo e qualitativo durante a fase de interpretação ou análise dos dados; por conexão, na qual a análise de um tipo de dado demanda um segundo tipo de dado; e por acoplamento, que por sua vez, resulta da introdução de um tipo tanto em um desenho, quanto em dados de outro tipo (KERBAUY; SOUZA, 2017: 38-39).

No entanto o quantitativo aqui não se traduz como conceito de unidades de medidas que revela uma estrutura de elementos objetivos sobrecodificados. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995):

A unidade sempre opera no seio de uma dimensão vazia suplementar àquela do sistema considerado (sobrecodificação). Mas acontece, justamente, que um rizoma, ou multiplicidade, não se deixa sobrecodificar, nem jamais dispõe de dimensão suplementar ao número de suas linhas, quer dizer, à multiplicidade de números ligados a estas linhas (DELEUZE; GUATTARI, 1995: 16).

A composição da cartografia representada nas figuras deste item tem como base os dados coletados em questionários realizados por mim, aplicados nas instituições CasAmor, Casa Aurora, Casa Miga, Casa Chama, Casa Transviver, Casa Nem, Casa Rosa, Casa I, Casa Florescer I e II e Casa Missão Amor Gratuito, que representam 70% das Casas identificadas no item 1.3. Os 30% faltantes que confirmaram participação, durante os contatos em que realizei, não entregaram o questionário, e as informações coletadas por outras fontes são insuficientes para compor a amostragem.

Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

À vista disso, para eficiência dos resultados identificados, tomei como referência as onze instituições que responderam ao questionário e que, nesse estudo, passam a compor a margem de 100% dos resultados.

Figura 3 – Termos prevalentes no mapeamento de processos museológicos nas Casas de Acolhida LGBT

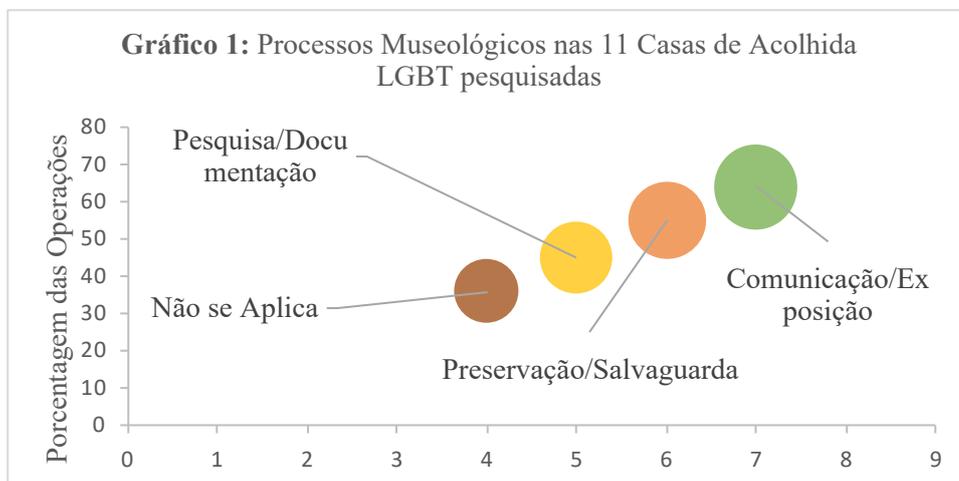


Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020. Fotografia de fundo: *Google Images*. Imagem modificada pelo autor.

A figura 3 ilustra os processos museológicos identificados nas Casas de Acolhida LGBT no Brasil e, conforme análise dos dados coletados entre as onze Casas, sete (Casa Nem, Casa Rosa, CasAmor, Casa Chama, Casa I, Casa Aurora e Casa Amor Gratuito) afirmaram desenvolver atividades curatoriais com comunicação/exposição de expressões artísticas. Das sete, cinco (Casa I, Casa Aurora, Casa Chama, CasAmor e Casa Nem) afirmaram possuir coleções ou acervos relacionados às memórias e histórias ou às relações cotidianas que permeiam aspectos das realidades vivenciadas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros disponíveis em circuito expositivo do espaço. Outras duas (Casa Amor Gratuito e Casa Rosa) não responderam. Todas as onze instituições confirmaram que recebem visitantes de grupos de estudantes, pesquisadores acadêmicos, público em geral e representantes de pessoas jurídicas para conhecer os espaços.

Das sete casas que afirmaram realizar ações museológicas, cinco (Casa Nem, Casa I, CasAmor, Casa Chama e Casa Rosa) afirmaram desenvolver atividades de pesquisa/documentação sobre as coleções ou acervos. E em resposta à pergunta específica sobre a documentação referente às coleções ou acervos, três (Casa Chama, CasAmor e Casa Nem) informaram que possuem registros ou catalogações; uma (Casa I) respondeu que possui registro, inventário, catalogação e histórico, e uma (Casa Rosa) não respondeu.

Seis instituições (CasAmor, Casa Chama, Casa Nem, Casa I, Casa Aurora e Casa Rosa)<sup>9</sup> responderam que preservam/salvaguardam acervos ou coleções que foram doados. Dentre elas, quatro (Casa Aurora, Casa Nem, Casa I e Casa Chama) responderam que os acervos ou coleções foram integrados ao espaço institucional por meio de doações, aquisição e criadas no espaço; uma (Casa Rosa) respondeu que somente por meio de doação, e uma (CasAmor) por meio de doação e criação no espaço. Em resposta direcionada à pergunta sobre as tipologias do acervo, cinco instituições (CasAmor, Casa Chama, Casa Aurora, Casa Nem e Casa I) responderam: uma (Casa Nem) possui acervos ou coleções de arte, biográfico e antropológico; uma (Chama) somente de artes; uma (Casa Aurora) possui acervo histórico, biográfico e antropológico; uma (Casa I) possui de artes, histórico, antropológico, biográfico e arquivístico/documental; e uma (CasAmor) afirmou possuir acervos de artes, arquivístico/documental e misto. Dentre elas, somente uma instituição (Casa I) afirmou possuir reserva técnica.



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020.

No Gráfico 1, é possível visualizar que a comunicação/exposição é uma das operações mais executadas, retratando 64%, em seguida com 55% de preservação sobre os acervos ou coleções que salvaguardam, 45% desenvolvem pesquisa/documentação dos acervos ou coleções e 36% afirmaram não desenvolver processos museológicos.

Em análise mais detalhada sobre as sete Casas (Casa Nem, Casa Rosa, CasAmor, Casa Chama, Casa I, Casa Aurora e Casa Amor Gratuito, que corresponde a 64% das identificadas na análise anterior) que desenvolvem operações de processos museológicos, e, nessa análise, compõem 100% dos resultados, temos no Gráfico 2 o seguinte cenário:

<sup>9</sup> A Casa Rosa e Casa Aurora não confirmaram preservar/salvaguardar acervos ou coleções, quando questionadas em pergunta específica, mas, ambas afirmaram possuir acervos ou coleções institucionalizadas por meio de doação ou aquisição ou criadas no espaço institucional. Desse modo compreendo que as instituições preservam/salvaguardam acervos ou coleções.



Em análise sobre os Protagonismos LGBT e Museologia em diversos lugares do mundo, temos como referência ao recorte trans a primeira experiência museal da América Latina no ano de 2003, através do Museu Travesti no Peru (BAPSTISTA; BOITA, 2014), conforme citado anteriormente:

Em comum, boa parte desses espaços nascem de organizações ativistas, sem apoio acadêmico ou de organizações museológicas internacionais. Também em seus discursos apresentam a necessidade de acolhimento a memória LGBT, bem como denunciam a invisibilidade da comunidade em museus convencionais (BAPSTISTA; BOITA, 2014, : 80).

Nesse sentido, ainda que diante das movimentações positivas que estimularam a criação de políticas públicas culturais abertas a contemplar a temática LGBT no campo da prática e produção museológica nos espaços oficiais, a inserção temática permaneceu/permanece como uma questão ainda tabu e que tem seu desenvolvimento nas iniciativas dos espaços comunitários e/ou pelo engajamento de pessoas LGBT, a exemplo dos processos museológicos construídos nas Casas de acolhida LGBT no Brasil. Portanto, as Casas de Acolhida LGBT no Brasil também consistem em importantes espaços para a resistência, visibilidade e difusão de práticas museológicas.

### Considerações Finais

Nesta pesquisa foi possível observar no âmbito federal das políticas culturais do Brasil, um complexo percurso de construção coletiva do Plano Nacional de Cultura (PNC), do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e da Política Nacional de Museus (PNM), sob a gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008), com envolvimento e significativa participação social. Entretanto, apesar da abertura discursiva para o desenvolvimento de programas, ações e fomentos voltadas a positivação e promoção da cidadania da população LGBT, no sentido da prática pouco ou quase nada foi promovido pela esfera do poder executivo federal.

A partir do contexto político de 2003, destaca-se no campo da Museologia brasileira à institucionalização da museologia social, nesse sentido, pudemos visualizar o ativismo acadêmico de Jean Baptista e Tony Boita, ao encabeçarem às primeiras pesquisas e produções sobre a temática LGBT relacionadas de modo direto ao campo da museologia brasileira, dos museus, dos patrimônios, das memórias e das políticas públicas culturais, a qual articularam a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social. De algum modo o ativismo LGBT acadêmico dos pesquisadores em questão, contribuíram/contribuem para que a temática LGBT circulasse no campo museológico.

As paisagens dinâmicas que compõe os imaginários museológicos produzidos, idealizados e tencionados por corpos e memórias de sexualidades e identidades de gêneros dissidentes, como a exemplo das realidades das Casas de Acolhida LGBT do Brasil mapeadas. Com a amostragem coletada, pude chegar ao resultado de que 64% das iniciativas desenvolver operações museológicas nos espaços das Casas, a partir do processo de comunicação/exposição sobre acervos da cultura material/imaterial, institucionalizados e relacionados à realidade cultural da comunidade LGBT a qual fazem parte, além da constatação de que 57% das iniciativas das Casas, afirmaram desenvolver a tríade dos processos museológicos (preservação/salvaguarda, pesquisa/documentação e comunicação/exposição).

Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

Essas experiências museológicas existentes nas iniciativas das Casas de Acolhida LGBT do país, consistem em importantes práticas museológicas que encontram também possibilidades de difusão e visibilidade no acolhimento através dos espaços de resistência das Casas.

## Referências

ANTRA. *Eleições 2020*. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>>. Acessado em: 12 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. BOLETIM Nº 02/2020: *Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020*. ANTRA, 2020. Disponível em: <<file:///D:/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20RM/Casas%20de%20Acolhida/boletim%20assassinatos-antra%202020.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

AVELAR, Luciana Figueiredo. *Museus Comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril*. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2015.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony William. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, 2017, p. 132-146.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Ode a Giuseppe Campuzano. Visibilidade Trans nos Museus e Espaços de Memória. *Revista Memórias LGBTI+*, 2014, n. 2.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Museologia Social. Cadernos do CEOM*, Chapecó, 2014, v. 27, n. 41, p. 175-192.

BAPTISTA, Jean; Mello, Luiz. #SomosTodasVelhos: notas sobre grupo de risco em tempos de pandemia. *Revista Memórias LGBTIQ+*. Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/2020/04/07/somostodasvelhos/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Boita; WICHERS, Camila Moraes. O que é Museologia LGBT?. *Museus, Memória e Museologia LGBT + Feminismo. Revista Memórias LGBT*. 2020, ed. 12, p. 4-8.

BOITA, Tony William. *Cartografia Etnográfica de Memórias Desobedientes*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2018.

BOITA, Tony William. 5 museus (+iniciativas) travestis e trans para se visitar online. *Revista Memórias LGBTIQ+*, 2020. Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/2020/04/14/5-museus-t/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BOITA, Tony William. *Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista*. Monografia de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás, 2014.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. *Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social*. Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília, 2016, p. 1-102.

CASA CHAMA. Disponível em: <https://www.casachama.org/category/about/>. Acesso em: 14 out. 2020.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: Reflexões e Práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, v. 27, n. 41, 2006, p. 1 – 22. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PORCINO, Carle. *Travesti(s)lidades: representações sociais de universitários*. Editora Appris, Curitiba, 2020, ed. 1, 101p.

CÔRTE, Beltrina; MUSSI, Luciana Helena. O significado afetivo daquilo que chamamos “casa”: Uma reflexão através do cinema. *Caderno Temático Kairós Gerantologia*, São Paulo, 2010, p 231- 242.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995, vol. 1.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Tatiane. *Política Cultural. Mais Definições em Trânsito*, CULT - CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador/BA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pd>>. Acessado em: 15 jun. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Editora Grupo Gay da Bahia, Salvador, 2020, ed. 1, p. 1-174. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acessado em: 29 out. 2020.

IBRAM. *Pontos de Memória*. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; SOUZA, Kellcia Rezende. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, 2017, v. 31, n.31, p. 21-44.

Cartografias Museológicas:

das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT

MACHADO, Rafael dos Santos. *Museologia e Sexualidade: Imaginação Museal e Coletivismo LGBT na CasAmor de Aracaju/SE*. Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia pela Universidade Federal de Sergipe – Campus Laranjeiras, Sergipe, 2019.

MONTALVÃO, Marcela Teti; PRADO FILHO, Kleber. *A Cartografia como Método para as Ciências Humanas e Sociais*. Barbarói, Santa Cruz do Sul, 2013, n. 38, p. 45-49.

MUNIZ JR., José de Souza; BARBALHO, Alexandre Almeida. Entre a Diversidade e o Antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 35, n. 102, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092020000100511&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000100511&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Jul 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo*. SMADS – Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/0003.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0003.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SANTOS, Maria Celia Teixeira Moura. Processo Museológico: critérios de exclusão. *Caderno de Sociomuseologia*, n. 18, 2002, p. 75 -91.